

Para discorrer sobre o legado da escravidão no Brasil contemporâneo, nada melhor do que a releitura de “Minha vida de menina”, um relato autobiográfico de Helena Morley, do final do século 19, cenário da marginalização social dos ex-escravos. De lá para cá, é lamentável admitir que situações de preconceito racial, com a consequente falta de oportunidades no mercado de trabalho e a desigualdade salarial entre brancos e pretos, ainda grassam a sociedade brasileira, o que se vê em diversos segmentos, como nas emissoras de televisão. Num país de raças, credos, costumes e religiões diferentes, é inegável que o racismo seja a herança cruel da escravidão. Aqui, a bandeira da democracia, sobretudo a da democracia racial, não se confirma.

Nessa perspectiva, muito embora existam políticas afirmativas que promovam a inclusão dos pretos, a memória da Escravidão lega aos empregadores posturas cruéis e desumanas: parte deles resiste em aceitar pretos nos quadros laborais, outra parte remunera-os arbitrariamente. Dados da pesquisa “Desigualdades sociais por cor ou raça”, de 2019, firmada pelo IBGE, apontam que pretos ganham até 74% menos do que brancos. Isso comprova que, passados mais de 130 anos da Abolição, o preconceito social e o estrutural ainda são o motor que impulsiona a marginalização daqueles que já deram mostras de que são tão ou mais capazes do que a “branquitude” – para adotarmos uma expressão corrente. Com efeito, há personalidades pretas notáveis nas esferas legislativa, judiciária, executiva, médica etc. Porém, lamenta-se o fato de que estão em menor número, se comparados aos brancos – o que é inadmissível.

É também inadmissível considerar que o racismo, apesar de constituir-se crime inafiançável, ainda seja fomentado nas mídias televisivas – outro legado que precisa ser banido. Nos folhetins, o percentual de pretos em papéis de relevância é pouco significativo. É verdade que enredos tocados a troncos e senzalas já não são frequentes, mas é forçoso reconhecer que ainda haja pretas que, de avental claro, interpretam babás de meninos brancos, além de pretos que são perseguidos pela polícia – nesse particular, as emissoras fazem coro, como que desconhecendo o fato de que a população brasileira é, em sua maior parte, preta. Definitivamente, a democracia racial não passa de mera panfletagem.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se constata que o Brasil foi, inadvertidamente, o último país ocidental a abolir a Escravidão, é preciso que a sociedade do século 21 seja menos tolerante com os acenos de preconceito, e empenhe-se em rasgar esse recorte da História. Para isso, legisladores devem propor a implementação de leis em favor da equiparação de cargos, contratações e salários, e, por meio da atuação do Ministério Público do Trabalho e Emprego, ampliar o alcance das investigações acerca de ocorrências ilegais, a fim de que aconteça a reparação histórico-social de mais da metade da população brasileira. Escolas e emissoras de TV devem atuar no mesmo sentido, e, em nome da democracia racial, adotar programas justos de valorização e reconhecimento dos direitos conferidos a todos os brasileiros.

Por Gislaïne Buosi

Confira a análise estrutural da dissertação:

[Apresentação do assunto e do repertório sociocultural;](#)

[Síntese do primeiro argumento;](#)

[Síntese do segundo argumento;](#)

[Tese;](#)

[Desenvolvimento do primeiro argumento;](#)

[Desenvolvimento do segundo argumento, com informações colhidas do gráfico de apoio;](#)

[Proposta de intervenção.](#)